



DOUTORADO EM CONTABILIDADE NO BRASIL: HÁ ESPAÇO PARA EXPANSÃO DA OFERTA DE CURSOS?

Sandro Vieira Soares
Elisete Dahmer Pfitscher

Resumo: O objetivo desta pesquisa é analisar as possibilidades de criação de novos cursos de doutorado em Contabilidade no Brasil. Com vistas a atingir esse objetivo procedeu-se a uma pesquisa com base bibliográfica e documental, onde foram analisados dados acerca dos cursos de doutorado em Contabilidade de instituições de ensino superior norte-americanas e sobre a oferta de cursos de doutorado em áreas afins à Contabilidade, como Administração, Economia e Direito brasileiros. Os resultados apontaram que para um mercado de aproximadamente 291 mil contadores registrados no Conselho Federal de Contabilidade, e para uma população de 1028 cursos presenciais de bacharelado em Ciências Contábeis existem apenas quatro cursos de doutorado enquanto que áreas como Administração, Economia e Direito, que possuem aproximadamente 307 mil, 45 mil e 661 mil profissionais registrados nos conselhos de classe, possuem 29, 21 e 28 cursos de doutorado, respectivamente. A comparação com a situação norte-americana mostra uma discrepância ainda maior: enquanto que no Brasil existem 4 cursos de doutorado em Contabilidade em atividade em 2011, nos EUA existem 91 programas. Porém, os cursos brasileiros têm formado um número maior de doutores por curso por ano que os norte-americanos e vários novos programas de mestrado foram criados na última década.

Palavras-chave: Contabilidade. Programa de pós-graduação. Panorama.

1 Introdução

As aulas de comércio foram instituídas no Brasil por meio do Alvará s.n. de 15 de julho de 1809, assinado pelo então príncipe regente (BRASIL, 1809). A partir desta data a academia brasileira passou a possuir ensino de disciplinas da área de negócios ensinadas em escolas especializadas. Dentre as matérias ensinadas encontravam-se as disciplinas de Administração de Empresas, de Economia, de Atuária e Contabilidade. Durante um século e meio a Contabilidade permaneceu como um curso profissionalizante acima do nível básico, mas ainda abaixo do nível superior, como ocorria com disciplinas de Direito ou Medicina. (PELÉIAS, 2006).

A data exata do início de aulas em um curso de Contabilidade não é unanimidade entre os pesquisadores do assunto: Martins, Silva e Ricardino (2006) apontam a Escola Politécnica do Estado de São Paulo como a primeira instituição a oferecer o curso, em 1900. Outros autores, por sua vez, apontam a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado como a pioneira no ensino de Contabilidade, em 1902.

No entanto, apesar disso, a Contabilidade só se tornou um curso de nível superior no Brasil no ano de 1945 por meio do Decreto-Lei n. 7.988 de 22 de setembro, que instituiu os cursos superiores de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais. No ano seguinte, as atribuições dos contadores e guarda-livros foram regulamentadas por meio da mesma lei que criou o Conselho Federal de Contabilidade, o Decreto-Lei n. 9.295 de 27 de maio de 1946. (BRASIL, 1945; 1946).

Estes dois decretos foram fatores que, parafraseando Iudícibus, Martins e Carvalho (2005), alteraram “aspectos relevantes da epopéia de sua evolução”. A partir da emissão destes dois decretos foram criados os primeiros cursos de bacharelado em Ciências Contábeis no país (nas Universidades Federais de Minas Gerais, da Bahia e do Rio Grande do Sul), estes ainda vinculados aos cursos de ciências atuariais que seriam desvinculados por meio da Lei n. 1.401 de 31 de julho de 1951.

A pós-graduação em Contabilidade, especialmente a *scripto sensu*, ainda teve de esperar até a década de 1960 para começar a se estruturar por iniciativa de um grupo de professores da então Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, a FEA/USP e tornou-se devidamente regulamentada somente em 1970 (CUNHA, 2007).

Dada essa pequena introdução em que se expôs como a Contabilidade atingiu o nível de ensino superior no Brasil, e o surgimento da pós-graduação coloca-se a problemática que este trabalho visa discutir: **Há espaço para expansão da oferta de cursos de doutorado em Contabilidade no Brasil?**

2 Construção da pesquisa

Este trabalho tem por objetivo promover uma discussão acerca do cenário que atualmente se apresenta a oferta de ensino de Contabilidade em nível de graduação e pós-graduação, das mudanças que estão ocorrendo no mercado de trabalho para os contadores em virtude das mudanças ocorridas na economia do Brasil, e ainda sobre as possibilidades de expansão da pós-graduação em Contabilidade, em níveis de mestrado e doutorado acadêmicos.

Alguns dados expostos ao longo do artigo foram coletados em pesquisas anteriores o que caracteriza esta pesquisa como um estudo bibliográfico assim como foram coletados dados primários acerca da pós-graduação o que caracteriza este trabalho como um estudo documental. Esta classificação se justifica segundo as concepções de Gil (2010) e Martins e Theóphilo (2009).

Por fim, justifica-se esta pesquisa ao se adotar uma perspectiva conjuntural do cenário em 2011, com a finalidade de se fazer um diagnóstico da área e se propor as possibilidades de melhoria além da identificação de oportunidades institucionais criadas pelo atual cenário de expansão do ensino superior .

3 O cenário da Contabilidade em 2011

A oferta de cursos de Ciências Contábeis tem aumentado com o decorrer dos anos mas há que se fazer um destaque para a multiplicação dos cursos ocorrida no final da década de 1990 e a década de 2000, sendo que entre alguns motivos para a ocorrência desse aumento de oferta de cursos estão as políticas econômicas e educacionais bem como o avanço nas tecnologias de informação e a facilitação ao acesso à Internet ocorrido após a privatização das companhias de telecomunicações ocorridas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

O Quadro 1 evidencia a oferta dos cursos presenciais de Ciências Contábeis entre 1997 e 2009.

Ano	Número de Cursos	Ano	Número de Cursos
1995	352	2003	701
1996	384	2004	763
1997	386	2005	816
1998	406	2006	886
1999	458	2007	923
2000	510	2008	985
2001	578	2009	1028
2002	641		

Quadro 1 – Número de cursos presenciais de Ciências Contábeis entre 1995 e 2009.

Fonte – Adaptado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2011)

Como se pode verificar houve um aumento no número de cursos de Ciências Contábeis ofertados no período. O Quadro 2, por sua vez evidencia a oferta de cursos de Ciências Contábeis em comparação aos cursos de Administração, Ciências Econômicas e Direito.

Ano	Administração	Ciências Contábeis	Ciências Econômicas	Direito
1995	480	352	206	235
1996	513	384	216	262
1997	461	386	209	280
1998	549	406	209	303
1999	776	458	234	362
2000	989	510	249	442
2001	1205	578	257	505
2002	1413	641	266	599
2003	1710	701	267	704
2004	2046	763	266	790
2005	2484	816	272	861
2006	2836	886	284	971
2007	2886	923	277	1051
2008	3207	985	275	1080
2009	3958	1028	255	1096

Quadro 2 – Número de cursos presenciais de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito entre 1995 e 2009.

Fonte – Adaptado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2011)

Com exceção do curso de Ciências Econômicas, todos os cursos sofreram um aumento de oferta que pode ser classificado como significativo em relação ao número de cursos existentes em 1995. No entanto, o aumento da ofertada de novos cursos de Ciências Contábeis implica, invariavelmente, em uma demanda por docentes que lecionem nesses novos cursos.

A oferta de cursos de Ciências Contábeis por universidades federais também sofreu evolução semelhante como mostra o Quadro abaixo em que se mostra em que ano cada curso começou a ser oferecido segundo dados do sítio do Ministério da Educação (e-MEC) e dos sítios das universidades federais.

IFES	Ano	IFES	Ano	IFES	Ano	IFES	Ano
UFMG	1945	UFRN	1962	UFMA	1974	UFMG	1993
UFBA	1945	UFU	1963	UFMS	1974	UFT	1995
UFRGS	1945	UFAL	1964	FURG	1975	UFV	2000
UFRJ	1946	UFAM	1965	UTFPR	1975	UFSJ	2004
UFC	1948	UFSC	1965	UNB	1976	UFG	2006
UFPA	1949	UFES	1965	UNIR	1980	UFVJM	2006
UFS	1950	UFPI	1966	UFF	1984	UFERSA	2009

UFPE	1951	UFSM	1967	UFGD	1986	UFRRJ	2010
UFPB	1956	UFMT	1971	UFRR	1990	UNIFESP	2011
UFPR	1957						

Quadro 3 – Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais por ano de início de funcionamento.

Fonte – Adaptado de e-MEC (2011) e sites das universidades

No entanto, o que se pode ver é que a oferta destes cursos nas instituições federais de ensino superior sofreu um aumento gradativo e anterior ao aumento total da oferta de cursos.

A relação acadêmica de ensino e aprendizagem tradicionalmente é vista como um processo em que um indivíduo que “sabe mais” ensina a indivíduos que “sabem menos”, ou numa colocação mais humilde, num processo em que um indivíduo formado há mais tempo ensina indivíduos que buscam a formação em determinada área do conhecimento, geralmente ligada a qualificação profissional.

Nos cursos de ensino superior, no Brasil e em vários países, a universidade (entende-se dentro desse conceito as instituições de ensino superior em geral, não discriminando a organização acadêmica, administrativa ou jurídica) normalmente se estrutura de forma que alunos de bacharelado e licenciaturas assistam aulas ministradas por pós-graduados, sejam eles, mestres, especialistas ou doutores.

Ainda seguindo o mesmo raciocínio, alunos de mestrado e especialização, deveriam ter aulas com indivíduos mais experientes em pesquisa científica, que são, supostamente, os indivíduos com título de doutor. E o aluno de doutorado, por sua vez, deveria obter essa formação estudando sob a supervisão de outros doutores, de pós-doutores, de livre-docentes ou ainda com indivíduos de notório saber.

Dada esta estrutura tradicionalmente utilizada na formação de bacharéis, mestres, especialistas e doutores, pode deduzir que o aumento no número de cursos de bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito, implica numa demanda por docentes com titulação de mestres, especialistas e doutores, e que um aumento na demanda de mestres e especialistas implica num aumento da demanda de doutores, e um aumento na demanda de mestres, especialistas e doutores implicam na demanda de cursos de especialização (*lato sensu*) e de Programas de Pós-Graduação (*stricto sensu*).

No caso específico da Contabilidade e dos cursos *stricto sensu*, isso nos leva ao ano de 1970, quando foi instituído o programa de mestrado em Controladoria e Contabilidade na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Esse foi o marco inicial que desencadeou o desenvolvimento de programas de mestrado acadêmico ou profissional em Contabilidade no Brasil, que em 2011 é composto por um grupo de 19 instituições de ensino superior como mostra o Quadro 4.

Programa de Pós-graduação	IES	UF	Ano de criação
Controladoria e Contabilidade	USP	SP	1970
Ciências Contábeis e Atuariais	PUC/SP	SP	1978
Ciências Contábeis	UFRJ	RJ	1998
Ciências Contábeis	UNIFECAP	SP	1999
Ciências Contábeis	UNISINOS	RS	2000
Contabilidade - UNB - UFPB - UFRN	UNB	DF	2000
Contabilidade	UFSC	SC	2004
Ciências Contábeis	FURB	SC	2005
Contabilidade	UFPR	PR	2005
Controladoria e Contabilidade	USP/RP	SP	2005
Ciências Contábeis	UERJ	RJ	2006
Contabilidade e Controladoria	UFAM	AM	2006
Ciências Contábeis	UFMG	MG	2007
Ciências Contábeis	UFPE	PE	2007
Contabilidade	UFBA	BA	2007

Ciências Contábeis	UPM	SP	2008
Administração e Controladoria	UFC	CE	2009
Ciências Contábeis	FUCAPE	ES	2009
Ciências Contábeis	UFES	ES	-

Quadro 4 – Programas de pós-graduação em Contabilidade, com mestrado acadêmico ou profissional, por IES, UF e ano de criação.

Fonte – Adaptado de Capes (2011)

Como se pode verificar, os programas de mestrado *stricto sensu* (acadêmicos e profissionais) em Contabilidade também sofreram um aumento em sua oferta entre os anos de 1998 e 2009. Na esteira do aumento da oferta dos cursos de mestrado em Contabilidade ocorreu o aumento da oferta de cursos de doutorado na mesma área.

O primeiro curso de doutorado em Contabilidade foi oferecido pelo primeiro programa a ofertar o curso de mestrado, ou seja, o programa de Controladoria e Contabilidade da USP, criado em 1978. No mesmo período em que ocorreu a multiplicação dos cursos de mestrado ocorreu também a multiplicação dos cursos de doutorado que em 2011, totalizam a oferta de 4 cursos no Brasil, que são listados no Quadro 5.

Programa de Pós-graduação	IES	UF	Ano de criação
Controladoria e contabilidade	USP	SP	1970
Contabilidade – UNB – UFPB – UFRN	UNB/UFPB/UFRN	DF/PB/RN	2007
Ciências Contábeis e Administração	FURB	SC	2008
Ciências Contábeis e Administração	FUCAPE	ES	2009

Quadro 5 – Programas de pós-graduação em Contabilidade, com doutorado, por IES, UF e ano de criação.

Fonte – Adaptado de Capes (2011)

Apesar da expansão ocorrida nos cursos de mestrado e doutorado em Contabilidade nos últimos 15 anos, a área ainda apresenta os piores índices de oferta de cursos quando comparados com as outras áreas mostradas acima. O Quadro 6 evidencia o número de profissionais se nível superior registrados nos conselhos de classe, o número de cursos de mestrado e de doutorado de cada área segundo pesquisa de Soares *et al.* (2011).

Área	Profissionais	Cursos de mestrado	Cursos de doutorado
Administração	307.059	91	29
Contabilidade	291.426	20	4
Direito	661.550	65	28
Economia	45.061	54	21

Quadro 6 – Número de profissionais registrados em conselho de classe, número de cursos de mestrado e número de cursos de doutorado, por área.

Fonte – Adaptado de Soares *et al.* (2011)

Soares *et al.* (2011) ainda identificaram o número de vagas ofertadas pelos programas de pós-graduação, em cursos de doutorado, das áreas analisadas e identificaram os dados mostrados no Quadro 8.

Área	Número de vagas ofertadas por ano	Média de vagas por doutorado por curso
Administração	468	16,03
Contabilidade	39	9,75
Direito	259	9,25
Economia	205	10,25

Quadro 8 – Número total de vagas nos cursos de doutorado e número-médio de vagas por curso de doutorado por área.

Fonte – Adaptado de Soares *et al.* (2011)

De fato a área de Contabilidade parece bastante atrasada quando comparada com as outras áreas no quesito oferta de vagas em programas de mestrado e doutorado. A falta de oferta de cursos de mestrado e doutorado em Contabilidade no Brasil torna-se ainda mais evidente quando compara a outras nações, apesar de que vários países adotam um modelo de inserção dos doutorados de contabilidade em conjunto de doutorados de Administração ou de Economia.

No entanto, os dados apresentados no Brasil e nos Estados Unidos da América são extremamente díspares.

Os programas de doutorado norte-americanos, segundo informações do doutor e pesquisador da área de ensino em contabilidade americano James Hasselbeck (2011), somam um total de 91 programas ofertados por diferentes universidades.

Evidentemente as condições de oferta dos programas diferem muito dos EUA para o Brasil. Murcia, Borba e Ambrósio (2007), ao estudarem 28 programas de doutorado em Contabilidade de universidades norte-americanas identificaram algumas características de seu funcionamento. O estudo foi dividido em 4 seções: requisitos para admissão nos programas, requisitos para obtenção do título de doutor, estrutura curricular e corpo docente. Os critérios mais utilizados para admissão nos programas são: o GMAT - General Management Admission Test - ou o GRE - Graduate Record Examination - que são provas de conhecimento geral comparáveis ao Teste ANPAD (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração), no Brasil; o TOEFL - Test of English as a Foreign Language - que examina a proficiência em inglês, as cartas de recomendação, o GPA - Grade Point Average, que consiste em uma média das notas da graduação ou mestrado, e a disponibilidade de dedicação exclusiva e também a entrevista dos candidatos.

Os requisitos para obtenção do título de doutor são a aprovação no exame de suficiência e as publicações acadêmicas. Os autores informam que a estrutura dos doutorados americanos é dividida em duas etapas: nos dois primeiros anos os alunos assistem aulas em disciplinas obrigatórias e eletivas como preparação ao exame de suficiência e após essa aprovação, quando os alunos se tornam Ph.D Candidates (candidatos ao título de doutor) o foco é direcionado para a elaboração da tese. Os doutorados americanos exigem ainda a publicação de um a três artigos em eventos científicos, dispensando a exigência da publicação em grandes periódicos acadêmicos reconhecendo assim a competitividade para este tipo de publicação. (MURCIA, BORBA e AMBROSIO, 2007).

A grade curricular de cada doutorado varia de programa para programa. Os autores informam, no entanto, que a preocupação com a formação do pesquisador de Contabilidade é responsável pela presença de disciplinas como estatística, metodologia científica, psicologia e sociologia são privilegiadas em detrimento de conteúdos da área específica de Contabilidade. (MURCIA, BORBA e AMBROSIO, 2007).

Para fins de comparação com o Brasil, vale lembrar que a maioria dos programas de pós-graduação em Contabilidade, se encontram em instituições de ensino superior públicas, nas quais a legislação vigente garante a gratuidade de ensino, em função do caráter oficial dessas instituições de ensino.

Os 91 cursos de doutorado norte-americanos começaram a surgir em 1938, quando foi fundado o programa da University of Illinois at Urbana-Champaign. Segundo Hasselbeck (2005) citado por Murcia, Borba e Ambrosio (2007) o conjunto de programas de Contabilidade norte-americanos havia titulado 6.472 doutores. Neste mesmo ano, Cunha (2007) afirma que o programa de doutorado da FEA/USP havia titulado 159 doutores.

O Quadro 9 evidencia o número de doutores titulados por ano na FEA/USP desde 1962. O curso de doutorado só surgiu nos moldes atuais em 1978, mas antes disso algumas teses já haviam sido defendidas num regime especial que envolvia inclusive a participação de docentes das outras faculdades da FEA/USP.

Ano	Nº de doutores	Total	Ano	Nº de Doutores	Total
1962	1	1	1995	4	54
1965	1	2	1996	9	63
1966	2	4	1997	3	66
1967	1	5	1998	5	71
1968	1	6	1999	7	78
1973	6	12	2000	19	97
1985	3	15	2001	14	111
1986	1	16	2002	13	124
1987	5	21	2003	11	135
1988	7	28	2004	7	142
1989	3	31	2005	17	159
1990	7	38	2006	6	165
1991	1	39	2007	7	172
1992	0	39	2008	13	185
1993	7	46	2009	18	203
1994	4	50	2010	16	219

Quadro 9 – Número de teses em Contabilidade defendidas na FEA/USP por ano, entre 1962 e 2010
Fonte – Adaptado de Cunha (2007) e Capes (2011)

Pode-se observar que ocorreu uma expansão da titulação de doutores no mesmo período que ocorreu a expansão dos cursos de Mestrado em Contabilidade e também dos cursos de Graduação em Ciências Contábeis.

Os cursos de doutorado em Contabilidade da UNB – UFPB – UFRN e de Ciências Contábeis e Administração da FURB tiveram as primeiras teses de doutorado defendidas em 20 de dezembro de 2010, por Adilson de Lima Tavares e em 31 de maio de 2011, por Roberto Carlos Klann, respectivamente.

Esses dados mostram que até 2011, foram concedidos o título de doutor em Contabilidade há pouco mais de 200 pessoas e considerando que alguns deles não permaneceram ligados a academia ou não estão mais na ativa, tem-se pouco menos de duas centenas de doutores formados no Brasil atuando em no ensino superior brasileiro.

Em função do próprio número elevado de programas de doutorado, os EUA apresentam alguns indicados mais generosos que os brasileiros. Em 1992, já haviam sido concedidos 4.580 títulos de doutor em Contabilidade. O Quadro 10 evidencia a formação de doutores entre 1992 e 2010, segundo Hasselbeck (2011).

Ano	N. de títulos concedidos	Total	Ano	N. de títulos concedidos	Total
Antes de 1992	4.580	4.580	2001	125	6188
1992	201	4781	2002	113	6301
1993	205	4986	2003	104	6405
1994	196	5182	2004	139	6544
1995	169	5351	2005	143	6687
1996	166	5517	2006	143	6830
1997	159	5676	2007	149	6979
1998	151	5827	2008	154	7133
1999	129	5956	2009	128	7261
2000	107	6063	2010	123	7384

Quadro 10 – Número de títulos de doutor em Contabilidade concedidos nos EUA, por ano, entre 1992 e 2010.
Fonte – Adaptado de Hasselbeck (2011)

Como se pode ver no Quadro 10, nos anos mais recentes o número de titulados como doutores em Contabilidade têm ficado na casa de uma centena por ano. Considerando que os

EUA têm mais de noventa programas de doutorado o índice de titulação anual é pouco acima de 1.

Os programas norte-americanos, no entanto, estão no mercado há muito mais tempo que os programas brasileiros. O Quadro 11, baseado em dados de Hasselbeck (2011), identifica o ano em que ocorreu a primeira defesa de doutorado em cada um dos programas em funcionamento em 2011.

Instituição e ano da primeira defesa de doutorado					
University of Chicago	1922	University of Oregon	1964	City University of New York at Baruch	1975
University of California at Berkeley	1929	Washington University	1964	University of South Carolina	1976
University of Pittsburgh	1932	Georgia State University	1965	University of Tennessee	1976
University of Texas at Austin	1934	Case Western University	1966	Virginia Tech University	1976
Harvard University	1935	University of Colorado	1966	University of Texas at Arlington	1980
University of Minnesota	1936	Penn State University	1967	Temple University	1981
Stanford University	1939	University of Oklahoma	1967	University of Memphis	1982
University of Illinois	1939	University of Utah	1967	University of California at Irvine	1984
University of Michigan	1939	Arizona State University	1968	Drexel University	1985
University of Missouri	1941	Cornell University	1968	Boston University	1986
Louisiana State University	1943	Mississippi State University	1968	Duke University	1986
University of Nebraska	1943	George Washington University	1969	Georgia Institute of Technology	1986
New York University	1944	Purdue University	1969	Virginia Commonwealth University	1987
Indiana University	1950	Texas Tech University	1969	University of Southern Illinois	1988
Ohio State University	1950	University of Maryland	1969	Washington State University	1989
University of Iowa	1951	University of North Texas	1969	Florida Atlantic University	1991
Columbia University	1952	Florida State University	1970	University of Central Florida	1991
University of Alabama	1953	Kent State University	1970	Yale University	1991
University of Wisconsin	1953	Syracuse University	1970	Rutgers University	1992
Northwestern University	1956	University of Arizona	1970	University of Connecticut	1992
University of Florida	1956	University of Cincinnati	1970	University of South Florida	1992
University of Washington	1956	University of Georgia	1970	Florida International University	1993
State University of New York at Buffalo	1957	University of Kansas	1970	Binghamton University	1999
University of North Carolina	1957	Oklahoma State University	1971	Jackson State University	2002
Carnegie Mellon University	1959	University of Massachusetts	1971	University of Texas at Dallas	2002
Michigan State University	1959	Texas A&M University	1972	University of Hawaii	2004
Massachusetts Institute of Technology	1960	University of Rochester	1972	Morgan State University	2006
University of Arkansas	1961	Louisiana Tech University	1973	University of Texas at San Antonio	2006
University of California at Los Angeles	1962	University of Houston	1973	Emory University	2007
University of Southern California	1963	University of Kentucky	1973	Bentley College	2008
University of Mississippi	1964	University of Pennsylvania	1973	University of Texas at El Paso	2008

Quadro 11 – Instituições norte-americanas com curso de doutorado em Contabilidade, por ano do primeiro título concedido.

Fonte – Adaptado de Hasselbeck (2011)

Como se pode ver no quadro acima, os norte-americanos estão desenvolvendo seus programas de doutorado em Contabilidade há algumas décadas a mais que o Brasil, cuja primeira defesa de doutorado em Contabilidade ocorreu em 30 de abril de 1962, por Hirondel Simões Luders na FEA/USP.

No entanto, a demanda por profissionais que mantivessem os cursos de Ciências Contábeis existentes e viabilizassem a criação dos novos cursos surgiu a necessidade de formação de nossos docentes, e como a necessidade leva à criatividade, estes docentes contornaram a falta de oferta de cursos de pós-graduação de Contabilidade em áreas afins como Administração, Economia, Direito e Engenharia de Produção.

Esse ponto é mais bem esclarecido quando analisados os dados levantados por Soares (2010) que analisou a formação acadêmica de 314 pesquisadores cadastrados nos grupos de pesquisa do Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – DGP/CNPq. O pesquisador identificou os integrantes de 53 grupos de pesquisa em Contabilidade vinculados a instituições de ensino superior e com base no Currículo Lattes destes Pesquisadores identificou a área de formação em cada nível do ensino superior: graduação, especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado e livre-docência.

O Quadro 12, adaptado de Soares (2010) evidencia os resultados encontrados pelo autor:

Nível	Graduação	%	Mestrado	%	Doutorado	%
Contabilidade	206	65,6%	142	53,4%	72	48,0%
Administração	52	16,6%	58	21,8%	28	18,7%
Economia	37	11,8%	17	6,4%	8	5,3%
Direito	20	6,4%	4	1,5%	3	2,0%
Engenharia de Produção	0	0,0%	31	11,7%	23	15,3%
Educação	4	1,3%	4	1,5%	4	2,7%
Outras	51	16,2%	17	6,4%	14	9,3%
Pesquisadores da amostra com título	314		266		150	

*O número de titulações totaliza um número maior do que amostra pois vários pesquisadores cursaram mais de uma graduação, mestrado ou doutorado.

Quadro 12 – Quantidade de pesquisadores de Contabilidade, de acordo com a formação acadêmica, por nível e por área

Fonte – Adaptado de Soares (2010)

Como se pode ver, de uma amostra de 314 pesquisadores, todos possuíam graduação, 84,7% possuíam mestrado e 47,7% possuíam doutorado. A formação em Contabilidade reduz conforme aumenta o grau acadêmico. A formação na área de Administração ganha proporção no nível de mestrado e a formação em Engenharia de Produção ganha espaço em nível de doutorado.

Soares *et al.* (2011) afirmam ainda que estes números são explicados principalmente pelo papel desempenhado pelos doutorados em Contabilidade e Administração da FEA/USP, pelo doutorado em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pelo doutorado em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

Analisando-se as informações acerca da oferta de cursos de doutorados em áreas afins como Administração, Economia e Direito juntamente com as informações acerca da oferta de cursos de doutorado nos Estados Unidos, pode-se afirmar com relativa segurança que há espaço para a expansão da oferta de cursos de doutorado em Contabilidade no Brasil.

No entanto responder a pergunta desta pesquisa não resolve a questão e diante disso na próxima seção se discute os meios pelos quais pode ocorrer a expansão da oferta de cursos de doutorado bem como as conseqüências deste aumento.

4 O que é necessário para a expansão da oferta de cursos de doutorado em Contabilidade?

O primeiro passo para se discutir a expansão de um projeto é identificar se há demanda no mercado para justificar esta expansão e a seção anterior mostrou que a área de pós-graduação em Contabilidade, em nível de doutorado, no Brasil, ainda apresenta números bastante tímidos.

Diante desse cenário levanta-se a discussão acerca dos meios pelos quais pode ocorrer a abertura de novos cursos de doutorado. No Brasil, a competência para reconhecer e avaliar

cursos de pós-graduação *stricto sensu* é da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

Esta agência emitiu em 2003 a Portaria n. 10, de 16 de abril que “Fixa as normas e procedimentos para a avaliação anual de propostas de cursos de mestrado e doutorado”. Segundo esta Portaria as propostas de curso de mestrado e doutorado devem atender aos requisitos gerais expostos em seu Art. 2º e aos critérios específicos de cada área ou campo do conhecimento. Se segundo o Art. 2º, § 1º, são requisitos gerais para a recomendação do curso de pós-graduação *stricto sensu*:

- a) **comprometimento institucional requerido para o êxito da iniciativa**, devendo demonstrar, na inscrição da proposta, a aprovação e apoio dos colegiados superiores e do dirigente da instituição, para sua concepção e oferta;
- b) **clareza e consistência da proposta**, em que componentes como áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa, estrutura curricular, ementa de disciplinas, sistema de seleção e admissão de candidatos estejam devidamente definidos, articulados e atualizados, considerado o perfil da formação profissional pretendida e o estágio de desenvolvimento da área;
- c) **competência técnico-científica para a promoção do curso**, devendo a criação deste ser precedida da formação e maturação de grupos de pesquisa com produção intelectual relevante, em termos quantitativos e qualitativos, capazes de assegurar regularidade e qualidade às atividades acadêmicas nas áreas de concentração fixadas;
- d) **núcleo de docentes necessário para a garantia da regularidade e qualidade das atividades de ensino, pesquisa e orientação**, considerados o regime de dedicação ao programa, número e produtividade de seus integrantes e as áreas de concentração e o número de alunos previstos para o curso;
- e) **infra-estrutura de ensino e pesquisa adequada para as atividades previstas**, considerados: instalações físicas, laboratórios, biblioteca, recursos de informática acessíveis para professores e alunos, conexões com a rede mundial de computadores, condições de acesso às fontes de informações multimídias e apoio administrativo, bem como demais elementos relevantes para a área.

Como se pode ver, os critérios gerais compõem uma lista de pré-requisitos comuns a qualquer programa de pós-graduação independente da área ou campo do conhecimento e independente da natureza jurídica da mantenedora da instituição.

Sobre os critérios específicos de cada área o § 2º, ainda do Art. 2º da referida Portaria dispõe “§ 2º Os critérios e parâmetros específicos de cada área ou campo do conhecimento serão definidos por comissão presidida pelo Representante de Área, observado o disposto no parágrafo anterior.” Esta disposição se justifica dado a especificidade de recursos necessários ao funcionamento de cada programa de pós-graduação segundo a área ou campo de conhecimento a que pertence.

Já em 2006, a Capes emitiu a Portaria n. 88, de 27 de setembro, que “Fixa normas e procedimentos para a apresentação e avaliação de cursos de mestrado e doutorado”. Nesta Portaria, foram mantidos os mesmos requisitos gerais para a recomendação do curso. A redação dos requisitos específicos da área, no entanto, sofreu uma alteração: “§ 2º Os critérios e parâmetros específicos de cada área ou campo do conhecimento são definidos pelas comissões de área, aprovados pelo CTC e divulgados no sítio da Capes.”

Dessa forma podem-se resumir os critérios de apresentação de propostas de novos cursos em gerais (comprometimento institucional, consistência da proposta, competência técnico-científica, corpo docente e infra-estrutura) e específicos (estabelecidos pelas comissões de área e divulgados no sítio da Capes). No entanto, em consulta realizada ao sítio da Capes em 3 de outubro de 2011, a comissão de área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo ainda não havia divulgado os critérios específicos para apresentação de novas propostas.

Buscando-se levantar os critérios utilizados por comissões de áreas de ciências afins como Economia e Direito, verificou-se que estas áreas também não possuem documentação que regule dos critérios específicos para apresentação de novas propostas.

Para fins de base comparativa levantou-se os requisitos de três áreas quais sejam: Ciência Política e Relações Internacionais, Serviço Social e Sociologia que são apresentados no Quadro 13.

Ciência Política e Relações Internacionais	
Perfil do programa	A proposta deve possuir objetivos precisos, parâmetros de gestão acadêmica e metas quali-quantitativas verificáveis, linhas de pesquisa, critérios de seleção de alunos, estrutura curricular, requisitos para concessão de grau de mestre e doutor, infra-estrutura e descrição da <i>home page</i> .
Formação discente	A proposta deve esclarecer a formação teórica e metodológica dos discentes, os instrumentos para construção e desenvolvimento de pesquisa, adequação de oferta de disciplinas a linha de pesquisa coerente com o corpo docente, programas, ementas e bibliografia atualizada e como se dará o uso do Portal de Periódicos da Capes.
Pesquisa	O projeto deve mostrar linhas de pesquisa claras, e que haja equilíbrio entre o número de docentes e de projetos em cada linha, uso do DGP/CNPq, fonte de financiamento dos projetos bem como, ano de início e fins, e resultados esperados.
Corpo docente	O curso deve ser constituído exclusivamente por docentes com título de doutor e a proposta deve contemplar um mínimo de 07 (sete) docentes, 60% do corpo docente devem constituir o núcleo permanente, o número de vagas para alunos deve ser adequado ao tamanho do corpo docente.
Produção acadêmica	A proposta deve evidenciar a produção científica dos docentes (livros, artigos em periódicos etc) sendo desejável a veiculação em periódicos internacionais ou "Nacionais (A)".
Serviço Social	
Proposta do curso	A proposta de criação do curso deve apresentar justificativa coerente e consistente, possíveis contribuições em nível local, regional, nacional e internacional, área de concentração e linhas de pesquisa, estrutura curricular, bibliografia, projetos de pesquisa, de extensão e de desenvolvimento bem como produção intelectual registrada.
Corpo docente	Composto por no mínimo 10 docentes, exclusivamente doutores. 70% do corpo docente deve compor o núcleo permanente com dedicação de pelo menos 20 horas semanais ao curso e 40 horas a IES que oferta o curso. 50% do corpo docente deve ser graduado ou pós-graduado em Serviço Social. Participação de pesquisadores e participantes externos é indispensável.
Atividade de pesquisa	Linhas de pesquisa, área de concentração, objetivos e estrutura curricular. A inserção de discentes em projetos de pesquisa de docentes também é valorizada.
Produção intelectual	A proposta deve evidenciar uma produção bibliográfica do corpo docente de uma média de pelos menos três publicações anuais, nos últimos três anos, e uma produção técnica média anual de no mínimo quatro produtos nos últimos três anos.
Infra-estrutura	Deve ser apresentada a infra-estrutura que alojará o programa: equipamentos de informática e multimídia, acesso a internet e bancos de dados por docentes e discentes, espaço-físico, biblioteca, acervo bibliográfico e documental e a existência de periódicos nacionais e internacionais.
Outras recomendações	Compromisso institucional na forma de garantia de pessoal, infra-estrutura, recursos físicos e financeiros.
Sociologia	
Proposta do curso	Indicação de objetivos e metas, articulação entre objetivos, estrutura curricular, projetos, linhas de pesquisa e produção acadêmica, justificativa para criação do curso, adequação de disciplinas as linhas de pesquisa, bibliografia básica e atualizada, julgamento de teses compostas por bancas com membros internos e externos ao doutorado.
Corpo docente	Com no mínimo 8 docentes permanentes, todos com título de doutor, este número nunca pode ser inferior a 70% do corpo docente. Deve-se equilibrar o número de docentes e discentes, mantendo-se uma média de cinco orientandos por docente. Todos eles devem ter orientado pelo menos duas dissertações de mestrado.
Atividade de pesquisa	As linhas de pesquisa devem estar ajustadas à área de concentração e experiência do corpo docente. Valoriza-se a participação de discentes em projetos de pesquisa de docentes assim como o desenvolvimento de projetos de pesquisa por meio de laboratórios.

Produção intelectual	Produtividade em pesquisa na forma de livros, capítulos, artigos em periódicos, vídeos, exposições, catálogos. É recomendável: a) cada docente tenha tido, ao menos, em média, 1,5 publicações qualificadas (artigos em periódicos, livros e capítulos de livros) por triênio; b) que o maior volume da produção docente, no triênio considerado, esteja, no mínimo, concentrado entre as classes B3 a B1 tanto para artigos em periódicos quanto para livros e capítulos.
Infra-estrutura	Recursos físicos, salas de aula, laboratórios, equipamentos de ensino, de informática e multimídia, acesso de docentes e discentes à Internet e a bancos de dados eletrônicos, biblioteca e acervo bibliográfico e lista de periódicos.
Outras recomendações	Apresentação de documento oficial atestando o comprometimento institucional com a proposta do projeto, regimento do curso aprovado por colegiado que conste número de créditos, estrutura curricular, critérios de seleção, normas de orientação e de realização de exame de defesa e qualificação de dissertações.

Quadro 13 – Requisitos específicos para aberturas de cursos de mestrado e doutorado em Ciências Sociais e Relações Internacionais, Serviço social e Sociologia.

Fonte – Adaptado da Capes (2011).

Como se pode ver há uma série de requisitos mínimos dispostos ao longo de uma estrutura comum baseada em proposta do curso, corpo docente, corpo discente, atividades de pesquisa, produção intelectual, infra-estrutura e algumas recomendações extras. Como requisitos obrigatórios da proposta pode-se identificar a estrutura curricular, número de créditos e composição do corpo docente exclusivamente por doutores.

A documentação da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo não deve diferir muito dos critérios já utilizados por estas áreas dado que a estrutura necessária ao funcionamento destes cursos é bastante semelhante entre si, diferindo por sua vez, de cursos das áreas de ciências exatas ou de ciências da saúde. No entanto, embora a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo não tenha a documentação de requisitos específicos, isso não impediu a recomendação de vários novos cursos elencados nos Quadros 4 e 5, após a emissão da Portaria Capes n. 88 que ocorreu em 2006.

A Portaria n. 10, de 16 de abril de 2003, da Capes elencava a seguinte hipótese em seu Art. 5º: “É facultado à instituição interessada na criação de curso de pós-graduação *stricto sensu* submeter à apreciação da Capes carta-consulta sobre a concepção básica e as condições de oferta e funcionamento do mesmo.” Essa era uma forma prevista para se verificar a viabilidade da criação de um novo curso antes que a Portaria n. 88, de 2006, da Capes, determinasse que cada comissão de área estabelecesse os critérios mínimos para submissão de propostas.

Os cursos criados mais recentemente se deram por algumas formas cujos exemplos são:

- Doutorado em Contabilidade da UNB - UFPB - UFRN
- Mestrado em Administração e Controladoria da UFC

O Doutorado em Contabilidade da UNB – UFPB – UFRN foi criado a partir de uma associação de Programas de Pós-graduação de diferentes instituições de ensino superior. A Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ambas da região nordeste, juntaram-se com a Universidade de Brasília, da região centro-oeste, para juntas fundarem o Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UNB/UFPB/UFRN.

Essa foi uma iniciativa interinstitucional com a finalidade de viabilizar a criação do segundo Doutorado em Contabilidade do Brasil. Já o curso de Mestrado em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará, surgiu a partir do mestrado profissional em Administração e do mestrado profissional em Controladoria, ambos criados em 2003. Ou seja, a partir da junção de dois programas diferentes dentro da mesma instituição foi criado um novo curso de mestrado.

Há ainda, além dessas duas configurações, a possibilidade de criação dos mestrados e doutorados interinstitucionais – MINTER/DINTER. Em linhas gerais o MINTER/DINTER são parceria firmadas temporariamente entre uma instituição promotora e uma instituição

receptora, para a oferta de formação de uma única turma de mestres ou doutores. Atendidos os critérios mínimos estipulados, uma instituição que possua o curso de mestrado ou doutorado pode, em convênio, com uma instituição receptora, ofertar o curso em outra localidade. Dessa forma, uma instituição que não possui mestrado ou doutorado pode receber e ofertar esse curso em uma edição especial.

As vantagens e desvantagens dessa modalidade são várias. Pode-se apontar a possibilidade da oferta de cursos em instituições com menor infra-estrutura, ou localizadas em regiões distantes dos grandes centros de pesquisa como um dos pontos fortes. Outro ponto forte é a criação de redes de pesquisa e de colaboração que somados a um quadro docente mais bem qualificado podem iniciar a promoção de novos cursos de pós-graduação. A desvantagem é o custo financeiro dessa parceria e singularidade da oferta.

5 Possibilidades de Criação de Novos Cursos de Doutorado

As possibilidades de criação de novos cursos de doutorado se resumem a três hipóteses, dado que os MINTER/DINTER tratam-se de uma oferta singular e não se um programa permanente com fluxo contínuo de alunos entrando e saindo. As possibilidades são as associações de mais de uma IES ou de mais de um programa de pós-graduação dentro da mesma IES, ou ainda da criação de um programa sem nenhuma associação.

Na primeira hipótese deve-se considerar a fusão de um ou mais programas de mestrado de IES diferentes. A operacionalização desta forma de criação de cursos, no entanto, deve atentar para o aspecto jurídico da instituição mantenedora. Isso porque alguns mestrados estão ligados a instituições públicas e outros a instituições privadas. Instituições públicas podem associar-se com outras instituições públicas com certa facilidade assim como instituições privadas. No entanto, a associação de uma instituição pública com uma instituição privada precisaria de um acordo jurídico um pouco mais elaborado dado que não se poderiam onerar alunos da instituição privada que assistissem aulas com professores da rede pública assim como seria difícil encontrar a iniciativa de uma instituição privada de ceder seus professores para dar aulas a alunos sem a percepção da mensalidade, dado que esta é a sua forma de financiamento.

As instituições públicas e privadas financiam suas atividades de forma diferente e não se pode desconsiderar esse ponto por ocasião da criação de uma parceria interinstitucional. Evidentemente que acordos deste tipo podem ser elaborados porque a parceria público-privada atinge várias áreas da sociedade e a área de educação superior não precisa necessariamente ser exceção.

Considerando essas possibilidades de associações entre IES, elenca-se abaixo as instituições públicas e privadas que possuem mestrado em Contabilidade.

IES públicas		IES privadas	
Ciências Contábeis	UFRJ	Ciências Contábeis e Atuariais	PUC/SP
Contabilidade	UFSC	Ciências Contábeis	UNIFECAP
Contabilidade	UFPR	Ciências Contábeis	UNISINOS
Controladoria e Contabilidade	USP/RP	Ciências Contábeis	UPM
Ciências Contábeis	UERJ		
Contabilidade e Controladoria	UFAM		
Ciências Contábeis	UFMG		
Ciências Contábeis	UFPE		
Contabilidade	UFBA		
Administração e Controladoria	UFC		
Ciências Contábeis	UFES		

Quadro 14 – Instituições de ensino superior com cursos de mestrado e sem curso de doutorado em Contabilidade, por natureza mantenedora.

Fonte – Adaptado da Capes (2011).

Pode-se verificar que há 13 instituições públicas e 6 instituições privadas com mestrado em Contabilidade. Desconsiderando as instituições que já possuem doutorado em Contabilidade, restam 11 instituições públicas e 4 instituições privadas que podem firmar parcerias para a criação de doutorado. Considerando associações entre duas instituições surgiriam cinco novos cursos de contabilidade em IES públicas em dois IES privadas. Num contexto de parcerias mais denso e mais conservador, poderia se calcular a associação de parcerias para três IES, conforme ocorreu com a UNB-UFPB-UFRN. Nessa configuração surgiriam três novos programas em IES públicas e um novo programa mantido por IES privadas.

A segunda hipótese seria a associação de programas dentro da mesma instituição. Os programas mais próximos para essa associação seriam os programas de Administração, mas dado o modelo americano de associação da contabilidade como linha de pesquisa de finanças, é viável também a associação com programas de Economia.

O quadro abaixo elenca as IES que possuem mestrado em Contabilidade e os possíveis programas de Administração e Economia da mesma IES, com os quais se poderiam fazer as associações, discriminando os cursos de mestrado dos de doutorado.

IES	Contabilidade	Administração		Economia	
	Mestrado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
PUC/SP	X	X	X	X	
UFRJ	X	X	X	X	X
UNIFECAP	X	X*			
UNISINOS	X	X	X	X	
UFSC	X	X	X	X	
UFPR	X	X	X	X	X
USP/RP	X	X	X	X	X
UERJ	X			X	
UFAM	X				
UFMG	X	X	X	X	X
UFPE	X	X	X	X	X
UFBA	X	X	X	X	
UPM	X	X	X		
UFC	X			X	X
UFES	X	X		X	

*Mestrado profissional

Quadro 15 – Cursos de mestrado e doutorado, por área e por instituição.

Fonte – Adaptado da Capes (2011).

Como se pode ver há uma série de cursos de mestrado em Contabilidade que podem firmar parcerias com cursos de mestrado ou doutorado em Administração ou Economia dentro da própria instituição. Evidentemente poderia se cogitar parcerias também com programas do Direito, dado que há menos de cinquenta anos várias grandes empresas eram administradas por advogados e a área de Direito e Contabilidade estão muito indissociavelmente ligadas no Brasil, dado o aspecto jurídico e tributário inerente as unidades econômicas de que tratam, sem elas empresas com ou sem fins lucrativos ou ainda da área governamental. No entanto, decidiu-se para fins desta pesquisa analisar as possíveis ligações somente com Administração e Economia considerando-se o aspecto de gestão e econômico inerentes aos mesmos objetos de estudo.

Um aspecto que se levantaria com a junção de programas da mesma instituição é a endogenia institucional. No entanto, deve-se considerar que uma modalidade que vem ganhando espaço no meio acadêmico, principalmente em nível de doutorado, é a modalidade *sandwich*, onde o estudante faz um intercâmbio em outra instituição, nacional ou estrangeira, com a finalidade de conhecer não só o conteúdo de outras disciplinas, mas como elas são ministradas. O outro aspecto é que dados os índices apresentados pela academia em

Contabilidade, evitar endogenia não é impeditivo para possíveis fusões objetivando abrir novos cursos de doutorado.

Outra questão observada é que existe uma série de cursos de Ciências Contábeis, muitos deles bastante tradicionais como os cursos das universidades federais do Rio Grande do Sul e geograficamente próximos, que poderiam firmar convênios para a criação de cursos de mestrado pois a demanda de mestres para os 1.028 cursos existentes no país vai demorar a ser suprida pelos 19 programas existentes.

Uma outra forma de abrir novos programas de doutorado seria de forma isolada. Apesar de muitos programas de mestrado serem recentes a maioria deles conseguiu aumentar suas notas na avaliação trienal da Capes. A estrutura necessária para a manutenção de um doutorado em Contabilidade não difere estruturalmente da necessária para a manutenção de um mestrado na mesma área. O que se pode considerar é um aumento da qualidade e quantidade de recursos necessários para tal manutenção. Vários programas de mestrado apresentam estruturas que atenderiam aos critérios de áreas como Ciência Política e Relações Internacionais, Serviço Social e Sociologia e por isso faz-se necessário que a comissão da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo estabeleça os critérios para submissão de propostas de novos cursos, com a finalidade de permitir aos programas a busca pelo atendimento destes critérios.

Ainda dentro desta concepção deve-se buscar o posicionamento dos programas de Contabilidade através da sua instituição representativa: a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – ANPCONT, que tem trabalhado pelo fortalecimento da área e apresentado iniciativas como a organização anual do congresso Anpcont que em 2011 atingiu a sua quinta edição.

Finalizando esta pesquisa apresenta-se como sugestão para discussões futuras o acompanhamento dos indicadores apresentados nesta pesquisa e a evolução da área acadêmica de Contabilidade bem como a comparação qualitativa e quantitativa com outros países do Mercosul, da União Européia e das nações da América do Norte.

Referências

- BRASIL. Alvará s.n. de 15 de julho de 1809. Instituiu as aulas de Comércio no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/1809_docs/L23_p01.html>. Acesso em: 28 de abril de 2011.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 7.988, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=27880>>. Acesso em: 05 Out. 2011.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=9295&tipo_norma=DEL&data=19460527&link=s>. Acesso em: 05 Out. 2011.
- CAPEIS. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ministério da Educação. **Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos**. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisa_rles&codigoArea=60200006&descricaoArea=CI%20CANCICAS+SOCIAIS+APLICADAS+&descricaoAreaConhecimento=ADMINISTRA%C7%C3O&descricaoAreaAvaliacao=ADMINISTRA%C7%C3O%2C+CI%20CANCICAS+CONT%20C1BEIS+E+TURISMO>. Acesso em: 06 out. 2011.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ministério da Educação. **Cadernos de indicadores – Teses e Dissertações – Universidade de São Paulo** Disponível em:

<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=/2009/33002010/027/2009_027_33002010086P1_Teses.pdf&aplicacao=projetoRelacaoCurso>. Acesso em: 06 out. 2011.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ministério da Educação. **Portaria n. 10, de 16 de abril de 2003**. Fixa normas e procedimentos para a avaliação anual de propostas de cursos de mestrado e doutorado. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_CAPES_010_2003.pdf. Acesso em: 06 out. 2011.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ministério da Educação. **Portaria n. 88, de 27 de setembro de 2006. Fixa normas e procedimentos para a apresentação e avaliação de propostas de cursos de mestrado e doutorado**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_088_2006.pdf>. Acesso em: 06 out. 2011.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ministério da Educação. **Requisitos das Propostas de Cursos Novos – Ciência Política e Relações Internacionais; Serviço Social e Sociologia**. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/cursos-novos-envio-de-propostas-e-resultado/2283-requisitos-das-propostas-de-cursos-novos>>. Acesso em 03 out. 2011.

CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves da. **Doutores em ciências contábeis da FEA-USP: análise sob a óptica da teoria do capital humano**. 2007. 261f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

E-MEC. Ministério da Educação. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 06 out. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2010.

HASSELBECK, James. **Chart of Accounting Doctorates**. Disponível em: <<http://www.jrhasselback.com/AtgDoctInfo.html>>. Acesso em: 06 out. 2011.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior: Graduação**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 06 out. 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: Aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, n. 38, p. 7-19, maio/ago. 2005.

MARTINS, Eliseu, SILVA; Amado Francisco da; RICARDINO, Álvaro. Escola Politécnica: possivelmente o primeiro curso formal de Contabilidade do estado de São Paulo. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, n. 42, p. 113-122, set./dez. 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MURCIA, F. D. R.; BORBA, J. A.; AMBRÓSIO, G. Ensino e pesquisa nos Estados Unidos: algumas características dos principais programas de doutorado em Contabilidade. **Revista de Contabilidade e Finanças**, Ed. 30 anos de Doutorado, p. 108-119. 2007.

PELEIAS, Ivam Ricardo . **Didática do ensino da contabilidade**: aplicável a outros cursos superiores. São Paulo (SP): Saraiva, 2006.

SOARES, S. V. *et al.* O ingresso na pós-graduação em Contabilidade no Brasil. *In*: Seminário de Iniciação Científica, 21, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2011.

SOARES, S. V. *et al.* Pesquisa em Contabilidade no Brasil: evolução da academia e do pesquisador entre 1970 e 2010. In: CPP. Congresso de Contabilidade de Portugal, 2011, Porto. **XIII Congresso de Contabilidade e Auditoria - A Change in management.** Porto : ISCAP - Universidade do Porto, 2011.

SOARES, S. V. **Estudo sobre a formação acadêmica dos pesquisadores em Ciências Contábeis no Brasil.** Florianópolis, 2010. 61 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.